

INTERVENÇÃO ARQUITETÔNICA NO CASARIO DE SÍTIOS HISTÓRICOS: uma proposta metodológica

BARRETO, JULIANA (1), MILET, VERA (2), PICCOLO, ROSANE (3)

1. Arquiteta e Urbanista, pesquisadora e membro do Conselho Científico do CECI.
barretojuli@hotmail.com
2. Arquiteta e Urbanista, pesquisadora e membro do Conselho Científico do CECI.
vera_milet@yahoo.com.br
3. Arquiteta e Urbanista, pesquisadora e membro do Conselho de Administração do CECI.
rosanepiccolo@yahoo.com.br

Palavras-chaves: projeto de intervenção arquitetônica, metodologia, sítios históricos.

Resumo

Este trabalho apresenta uma metodologia voltada para orientar a elaboração de projetos de intervenção arquitetônica no casario de sítios históricos tombados, desenvolvida pelo Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada. Considerando que a manutenção dos atributos valorativos que conferem significância cultural aos sítios históricos deve ser o objetivo principal de todas as intervenções que neles ocorram, esta metodologia enumera os procedimentos necessários para que se alcancem soluções arquitetônicas que promovam a boas condições de uso e habitabilidade de imóveis, sem interferir nas qualidades do lugar. A metodologia está dividida em três fases que se desdobram nas seguintes etapas: definição do programa de necessidades, consulta às legislações de proteção, levantamento e análise do conjunto urbano e arquitetônico, levantamento físico-arquitetônico do imóvel, pesquisa histórica e arqueológica, análise das informações e simulação de soluções projetuais, consulta aos instrumentos projetuais e por fim, o desenvolvimento da proposta.

Abstract

This paper presents a methodology that provides a guide for drafting architectural interventions for dwellings in heritage sites, developed by Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada. Considering that the maintenance of the values that confers cultural significance to heritage sites should be the goal of all interventions, this methodology sets out the procedures required in order to achieve architectural solutions that promote habitability conditions of dwellings, without interfering with the qualities of the place. The methodology is divided into three phases that unfold in the following steps: defining the program requirements, consulting heritage laws, survey

and analysis of the urban and architectural form, physical and architectural survey of the property, historical and archaeological research, information analysis and simulation of design solutions, consulting about design tools and finally, the development of the proposal.

Resumen

Este trabajo presenta una metodología destinada a guiar la preparación de la intervención arquitectónica en casas de lugares de interés histórico, elaborado por el Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada. Considerando que el mantenimiento de los atributos de valores que dan significado cultural de los sitios históricos debe ser la meta de todas las intervenciones que se producen en ellos, esta metodología se establecen los procedimientos necesarios a fin de lograr soluciones arquitectónicas que promueven buenas condiciones de funcionamiento y habitabilidad de los edificios sin interferir con las cualidades del lugar. La metodología se divide en tres fases que se desarrollan en los siguientes pasos: la definición de los requisitos del programa, se refieren a las leyes de protección, estudio y análisis de la población urbana y arquitectónica, inspección física y arquitectónica de la propiedad, la investigación histórica y arqueológica, análisis de la información y la simulación de las soluciones de diseño, consultoría sobre las herramientas de diseño y, finalmente, el desarrollo de la propuesta.

1. INTRODUÇÃO

A prática da intervenção arquitetônica em áreas de interesse cultural institucionalmente reconhecidas tem permanecido como um grande desafio, tanto para os profissionais que elaboram os projetos, quanto para as instituições responsáveis pela salvaguarda patrimonial. Vários são os fatores que podem ser atribuídos a isso, como a complexidade de relações urbanas e arquitetônicas que devem ser resguardadas, a incompreensão ou mesmo a deficiência dos instrumentos legais de proteção existentes, a ausência de estudos tipológicos e de sistemas construtivos que caracterizem o objeto alvo do projeto, e até a própria ausência de definição de posturas e critérios de intervenção que devem ser adotados.

Pode-se afirmar que tais questões são subjacentes à metodologia de elaboração de projetos arquitetônicos de intervenção em áreas de interesse cultural, que têm como especificidade garantir a conservação do patrimônio natural e construído, seja ele de natureza material ou imaterial. Os sítios históricos correspondem a áreas específicas da cidade que são reconhecidas e registradas por condições singulares de formação e representatividade. A paisagem, as edificações, o ordenamento urbano e a vivência dos moradores são elementos componentes dos sítios históricos que geralmente se acham sob proteção. O modo de intervenção nesse conjunto de elementos pode promover, ou não, a preservação dos atributos valorativos do sítio e do

espírito do lugar. Por esse motivo, a prática de projeto de intervenção arquitetônica em sítios históricos requer um conhecimento específico acumulado pelo profissional competente antes do início da atividade projetual propriamente dita, tendo em vista não acarretar danos ao acervo protegido.

Nesse contexto, o trabalho em questão tem como discussão principal a orientação para o desenvolvimento de projetos arquitetônicos de intervenção que estejam baseados numa reflexão disciplinar, como meio de garantir a qualidade do projeto e, principalmente, a conservação do legado cultural.

A necessidade dessa discussão foi evidenciada a partir de investigações nos processos de aprovação de projetos arquitetônicos de intervenção no casario tombado do Sítio Histórico de Olinda¹, situado em Pernambuco. Por vezes, a análise dos projetos de intervenção arquitetônica no casario desse sítio histórico pelos técnicos das instituições de salvaguarda não estava baseada em critérios bem definidos ou sistematizados, o que dava margem ao surgimento de intervenções que terminavam por subtrair os valores atribuídos ao lugar, a curto e a longo prazo. Confrontando os pareceres técnicos com a análise dos projetos, pôde-se constatar a ausência de um caminho metodológico que tivesse orientado a elaboração da proposta de intervenção. Por razões diversas, verifica-se que essa mesma situação também se repete em outras áreas de interesse cultural do Brasil, pela natureza crônica desse problema na prática projetual.

Assim, esse artigo apresenta uma metodologia de desenvolvimento de projetos arquitetônicos de intervenção em sítios históricos tombados, elaborada a partir de uma reflexão das variáveis que podem incidir, e devem ser consideradas nesse processo, cujo maior objetivo é o de promover a conservação do lugar, por meio da manutenção dos seus elementos significantes.

Acredita-se que percorrer essa metodologia pode favorecer a elaboração de projetos de intervenção arquitetônica que resguardem as características físicas, históricas e paisagísticas do acervo tombado, esclarecer possíveis dúvidas de evolução projetual, conhecer melhor o objeto alvo de intervenção e respeitar os instrumentos normativos, oferecendo celeridade ao processo de análise e aprovação dos projetos junto às instituições de proteção. Cabe destacar que essa metodologia tem sido adotada por instituições de proteção nacional nas suas atribuições de rotina e reconhecida por especialistas desse campo de atuação pelo seu caráter científico e pioneiro (ABAD, 2011).

2. GESTÃO DA CONSERVAÇÃO DO SÍTIO HISTÓRICO DE OLINDA

O Sítio Histórico de Olinda é protegido rigorosamente através de uma delimitação federal e municipal, que conformam um polígono principal com aproximadamente 1,2 km² de área, além de

ser envolvido por um polígono de entorno, que no total soma 10,4 km² de área tombada. A área rigorosa, que consiste na porção urbana mais antiga, detém os monumentos tombados isoladamente, sejam eles civis, religiosos e militares, além do traçado urbano, a paisagem cultural e o casario, que apresenta em torno de 1.500 unidades edificadas antigas.

O processo de ocupação urbana de Olinda seguiu a lógica lusitana de defesa pela altura, sendo as igrejas os principais elementos de orientação, que pontuam as colinas e definem os largos e os arruamentos são delineados pelo casario. A arquitetura civil é caracterizada por uma base tipológica que foi bastante difundida no processo de colonização no Nordeste brasileiro. As casas térreas e os sobrados apresentam-se, geralmente, com salas que ocupam as fachadas principal e posterior, com alcovas e corredores laterais ou centrais. A cobertura é, comumente, em duas águas, com a cumeeira paralela à rua e com inclinações que variam de 35% a 45%, utilizando-se essencialmente de estruturas em madeira e telhas de barro ou cerâmica do tipo capa e canal. Variações desses tipos arquitetônicos são também encontradas, como existem os chalés, os sobrados, as casas *art déco* e de base ecléticas.

É certo que processos de transformações sociais, econômicas e culturais pelas quais o sítio histórico de Olinda passou e tem passado, e que são comuns a vários outros sítios brasileiros, afetam diretamente o uso e a conservação desses imóveis. Muitos dos registros históricos que refletem essa ocupação do casario têm sido perdidos por intervenções que pouco conhecem, ou mesmo respeitam, o caráter único do lugar. Recorrentemente, as principais intervenções que afetam a preservação das características essenciais do casario são conduzidas pelos próprios proprietários, que reformam seus imóveis, sem orientações legais, arquitetônicas ou estruturais, a fim de atender suas demandas cotidianas (ver imagens de 1 a 3).

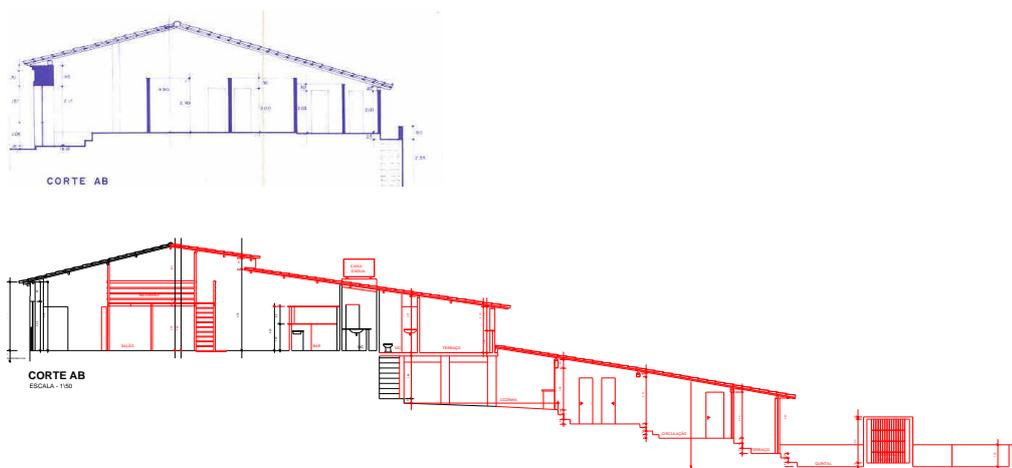


Imagem 1: Modificações na tipologia arquitetônica: inclinação da cobertura, topografia e aumento da taxa de ocupação. Fonte: autoras.



Imagem 2: Modificação de fachada, de volumetria e de material construtivo, com a introdução de telha alumínio
Fonte: autoras.



Imagem 3: Imóvel com a substituição do reboco tradicional, levando à perda da autenticidade (2007). Fonte: autoras.

No mais das vezes, essa postura afeta a capacidade de carga do imóvel e, por conseguinte, leva a uma alteração da paisagem do sítio histórico como um todo. O conceito de capacidade de carga referenciado nesse trabalho, se refere aos limites de transformação que um ambiente ou edificação podem suportar, considerando-se a interação entre as atividades humanas e a base física pré-existente, sem perder suas características tipológicas e arquitetônicas essenciais. Fazem parte dessas transformações a criação de anexos que ferem as taxas de ocupação tradicionais do lote, a introdução de lajes em toda a extensão do corpo primitivo do imóvel, a criação de terraços descobertos na cobertura, a mudança na inclinação das cobertas tradicionais e do material de cobertura, a introdução de água-furtada no pano principal da cobertura, a tendência à demolição do partido de planta para a permanência do vão livre no térreo, entre outros. Embora sejam exemplos que devam ser desestimulados no sítio histórico por resultarem em descaracterizações físicas, tais imóveis são passíveis de serem submetidos a processos de regularização para o resgate morfológico e tipológico, e conseguinte restabelecimento da sua base tipológica essencial. Geralmente essas alterações partem de obras que não são precedidas de projetos arquitetônicos de intervenção ou, quando esses existem, que não foram submetidos à análise e à aprovação pelas instituições de proteção.

De modo geral, a gestão da conservação do Sítio Histórico de Olinda dispõe da colaboração do Conselho de Preservação do Sítio Histórico de Olinda e da Câmara Técnica de Legislação e Tombamento, que são instâncias deliberativas integrantes do processo, nas atividades de análise e de aprovação de alguns dos projetos de intervenção. Desde 1979, quando foi criado o Sistema Municipal de Preservação, a gestão da conservação de Olinda tem lidado com a transversalidade das diversas esferas na preservação dos atributos significantes do lugar – local, estadual e federal –, despontando como uma experiência de destaque em contexto nacional. Foi uma iniciativa pioneira e que tem funcionado até a atualidade com a participação de técnicos da municipalidade, da Fundarpe, da Agência Condepe/ Fidem e do Iphan.

Além disso, o sítio histórico dispõe, ao longo de sua trajetória de preservação, de instrumentos legais de proteção do seu acervo cultural, que orientam as intervenções e definem o zoneamento do sítio histórico desde 1968, quando foi instituído o tombamento federal. Ao longo do tempo, e em sintonia com as recomendações internacionais de salvaguarda do patrimônio cultural, foram sendo instituídas as leis, os planos e os programas governamentais para subsidiar as intervenções e garantir que as qualidades singulares do sítio fossem mantidas e transmitidas para as futuras gerações.

Embora a preservação do Sítio Histórico de Olinda conte com o apoio de distintas esferas de proteção que identificam e ressaltam o caráter excepcional do acervo, o mesmo não tem sido capaz de impedir que as áreas livres do espaço urbano e os imóveis tombados continuem sendo transformados por meio de obras irregulares. Ao longo do tempo, o processo de ocupação das encostas das colinas históricas, dos quintais aos fundos dos lotes e, por vezes, dos becos e vielas, que ocorre à revelia da legislação urbanística municipal e da legislação patrimonial, tem contribuído, paulatinamente, para a modificação da paisagem histórica e cultural tombada. E com limitada capacidade de atuação, por parte das instituições, para a reversão do quadro de ameaça de descaracterização. Apesar da condição privilegiada em que o sistema de gestão da conservação desse sítio histórico se encontra em termos de instituições e instrumentos de proteção que operam nesse fim, os desafios ainda são muitos, de diversas naturezas e de enormes proporções, sendo o controle e gerenciamento da mudança física do acervo, então, pouco garantidos.

Por outro lado, não se deve desconsiderar a larga atuação dos técnicos que analisam os projetos de intervenção no casario antigo e que são representantes das diversas esferas, correspondendo a um compartilhamento de responsabilidades. Entretanto, a insuficiência na estrutura das instituições, especialmente quando a questão recai sobre a quantidade de técnicos voltados para essas atividades, demonstra uma inadequação frente ao vasto campo de atuação e fiscalização, favorecendo a que o quadro de riscos ao patrimônio se consolide gradualmente.

No caso das intervenções voltadas para o Sítio Histórico de Olinda, é de se destacar que muitos projetos têm sido desenvolvidos por profissionais não especializados nas teorias e nas práticas de salvaguarda do patrimônio cultural, o que promove a fragilidade da permanência dos valores patrimoniais. Além disso, é de costume a ausência de documentação, registros e justificativas que embasem a proposta arquitetônica que se pretende aprovar. No mais das vezes, os casos que são submetidos à análise pelas instituições, dizem respeito à regularização dos imóveis que na maior parte das vezes partiu de denúncias ou de fiscalizações de rotina, e que requerem uma postura pró-ativa do proprietário no sentido de reverter o dano ao patrimônio. Geralmente são esses os casos mais morosos.

3. AS BOAS PRÁTICAS DE PROJETO: METODOLOGIA

Não se pode deixar de destacar que muitos imóveis do Sítio Histórico de Olinda carregam em si intervenções arquitetônicas que apresentam boas soluções projetuais para demandas programáticas comuns.

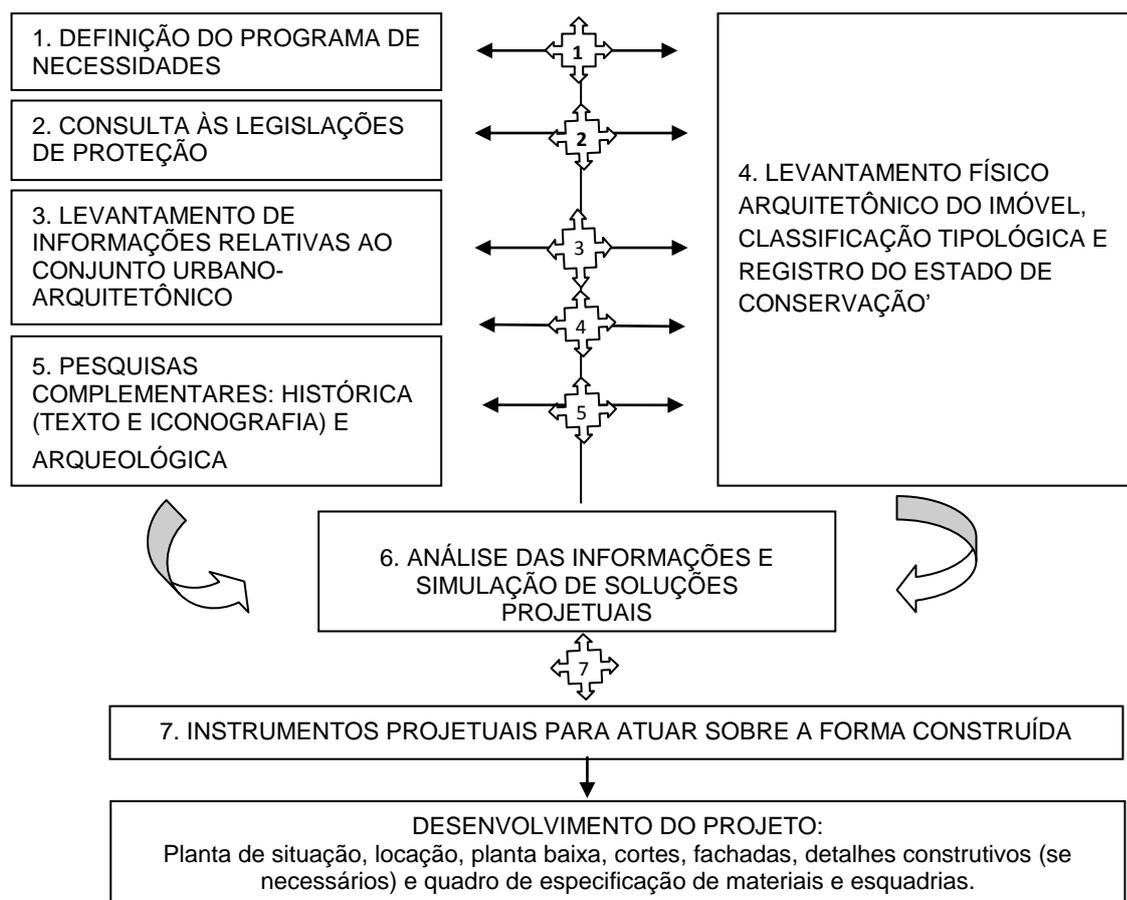
Os projetos de intervenção no casario tombado que podem ter mais condições de representarem as boas posturas de conservação do patrimônio cultural são aqueles que, além de respeitarem as legislações específicas de proteção, embasam a sua elaboração no conhecimento aprofundado do objeto de intervenção e da teoria e prática da conservação. A identificação dos elementos importantes de serem mantidos, em relação àqueles que podem ser demolidos, da técnica construtiva e dos materiais tradicionais e também do partido de planta que lhe é característico, fornecem as informações fundamentais para o projetista conduzir a sua proposta. Tais informações são estreitamente relacionadas ao tipo arquitetônico característico do Sítio Histórico de Olinda e percebe-se que é por meio do conhecimento aprofundado desses elementos básicos e do tipo edificado, considerando-se a implantação no lote, o partido de planta e a volumetria, que se torna possível a adaptação às necessidades presentes e futuras de um edifício concebido num passado distante.

Em síntese, orienta-se que a atividade projetual exige um conjunto de conhecimentos específicos, que estão relacionados às legislações de proteção, aos critérios de projetos de intervenção arquitetônica, à história da arquitetura e às técnicas e materiais tradicionais de construção.

Como base nesses conhecimentos específicos, deve-se entender que o tombamento de um sítio histórico não significa seu congelamento num determinado tempo, mas que as intervenções a serem realizadas sobre a sua estrutura física devem ser controladas, a fim de se manter os seus atributos valorativos. Esse é um dos princípios mais importantes da conservação integrada, o controle das mudanças e a permanência dos elementos culturalmente significantes, dentro do planejamento urbano sustentável.

Desse modo, a metodologia de elaboração de projetos arquitetônicos de intervenção no casario de áreas de interesse cultural proposta nesse trabalho está desdobrada em cinco etapas metodológicas. A ordem das etapas não significa necessariamente uma ordem de prioridades, algumas podem vir antes ou depois das outras, mas todas elas são, em princípio, necessárias. O diagrama abaixo ilustra esse processo (ver diagrama 1):

Diagrama1: proposição de metodologia



As cinco etapas que constituem a **Fase 1** estão listadas nos tópicos abaixo.

3.1 Definição do programa de necessidades

Consiste na relação de obras ou mudanças que se deseja realizar no imóvel. Constam do programa de necessidades dados relativos aos cômodos: quantitativos, dimensionamento e suas funções (quartos, salas, escritório, banheiros, terraço, entre outros), além da população que irá morar ou utilizar o imóvel, o mobiliário e inúmeros outros itens que sejam necessários para seu dimensionamento. Deve-se saber que o programa arquitetônico é um dado cultural e se modifica com o tempo pelo conjunto de atividades sociais e necessidades criadas pelo homem. As necessidades funcionais correspondem à utilização dos ambientes internos do imóvel, sua compartimentação, visando à permanência ou adaptação do uso existente ou, ainda, à introdução de um novo uso. O projetista deverá relacionar a demanda programática com as restrições urbanísticas e com o potencial construtivo existente. Deve-se considerar que as edificações históricas acumulam, em sua substância física (paredes, janelas, telhados), registros históricos de culturas e modos de viver de outros tempos. Essas edificações, por terem permanecido íntegras (tanto na sua estrutura física como na disposição de cômodos e vãos), sem grandes modificações,

são consideradas um rico arquivo de informações sobre o passado de uma sociedade. Portanto, um imóvel tombado por suas características históricas possui várias restrições de alterações projetuais, tanto relacionada à manutenção do diálogo com o conjunto edificado como à manutenção dos traços da memória edificada, das características arquitetônicas, tipológicas ou estilísticas.

3.2 Consulta às legislações de proteção

Para realizar qualquer obra de intervenção no casario de sítios históricos tombados, o proprietário e o projetista devem conhecer as legislações de proteção (federal, estadual e municipal) que regulamentam as obras e os usos do lugar. A consulta à legislação, e aos mapas que geralmente acompanham as leis, possibilitam identificar a situação do imóvel em relação à zona e aos setores em que está inserido, assim como os índices e os padrões urbanísticos definidos.

3.3 Levantamento e análise do conjunto urbano e arquitetônico em que o imóvel se encontra inserido

Essa etapa refere-se ao levantamento de informações relativas ao conjunto urbano-arquitetônico em que o imóvel está inserido. É imprescindível que o projetista reconheça os elementos que caracterizam o conjunto edificado e que lhe conferem especificidade. O projeto deverá contribuir para a valorização e o prolongamento da identidade do lugar, considerando o edifício no conjunto urbano-arquitetônico em que se encontra, e avaliando os condicionantes históricos e a situação atual. Daí decorre a importância do reconhecimento do processo evolutivo da forma urbana e a identificação dos padrões historicamente conformados.

As informações relativas à forma urbana referem-se ao traçado, às tipologias arquitetônicas, à vegetação existente e à taxa de ocupação predominante no conjunto. Esses dados podem ser obtidos por meio de registro fotográfico aéreo do conjunto ou outros arquivos, e documentação fotográfica de famílias. Outro recurso utilizado para compreensão da evolução histórica do conjunto edificado é o levantamento e a análise da cartografia e de ortofotocartas.

3.4 Levantamento físico-arquitetônico da situação do imóvel

O levantamento arquitetônico da edificação pressupõe:

- A coleta de informações indispensáveis à compreensão da substância física da edificação, sendo necessário seu levantamento físico arquitetônico e a representação gráfica atualizada do imóvel (conjunto de plantas);
- Registro e documentação (desenho, fotografia) das técnicas construtivas e do estado de conservação, dos elementos construtivos e dos elementos de arquitetura;

- Registro fotográfico da situação atual do imóvel.

A análise dos elementos tipológicos (implantação, planta baixa e volumetria) conduz à classificação do tipo edificado do imóvel que será objeto de projeto de intervenção arquitetônica.

3.5 Pesquisas complementares: pesquisa histórica (documentos escritos e iconográficos) e pesquisa arqueológica (dependendo do nível da intervenção)

Pesquisa histórica:

A pesquisa histórica é um grande auxílio para se compreender a evolução da edificação, desde sua origem até a contemporaneidade. Essa pesquisa consta do levantamento e registro de dados e informações históricas sobre o imóvel, recorrendo a documentos escritos (registro em cartório de imóvel, jornais locais, inventários, entre outros) e fontes iconográficas (mapas, plantas de projetos arquitetônicos, fotos, pinturas, gravuras), e dos estudos sobre estilos e tipologia arquitetônica por meio de dados que podem ser encontrados nos acervos dos inventários.

Pesquisa arqueológica:

A pesquisa arqueológica é uma informação relevante para as decisões de projeto. Ela deverá adotar o procedimento de mínima invasão na estrutura antiga edificada, visando apenas a responder lacunas das informações históricas. Quando não há esse cuidado, a prospecção pode comprometer a integridade e autenticidade do imóvel. A prospecção arquitetônica é indicada na restauração e na identificação de modificações que tenham descaracterizado o imóvel ou o conjunto arquitetônico.

A **Fase 2** da metodologia é destinada à análise geral das informações coletadas na fase anterior, e à reflexão disciplinar da intervenção no patrimônio cultural. Assim sendo, é constituída por duas etapas.

3.6 Análise das informações e simulação de soluções projetuais

Com as informações relacionadas nas etapas anteriores, o projetista deverá realizar uma cuidadosa análise. Um elemento importante refere-se à compreensão do valor arquitetônico e simbólico da edificação. Por exemplo, existem edificações que são exemplares únicos e, por isso, merecem um olhar atento e cauteloso no momento da proposição de qualquer intervenção. Esse exemplar pode se distinguir dos demais por diversas razões:

- Possuir uma planta baixa singular, que não é encontrada em outros imóveis, a exemplo de edificações com características ecléticas que possuem como diretriz projetual os eixos de simetria;
- Apresentar detalhes construtivos únicos que possibilitem conforto térmico e lumínico, como os altos pés-direitos dos edifícios, as treliças, as bandeiras das portas e janelas, entre outros;
- Possuir valores artísticos, a exemplo das fachadas das igrejas, dos bens integrados às edificações, como forros, retábulos, esquadrias, tribunas, azulejos nas fachadas, entre outros.

A etapa de análise das informações abre espaço para a simulação gráfica das possíveis soluções de projeto, que deverão ser avaliadas a partir de instrumentos projetuais para operar sobre a forma construída. Isso significa que o ato criador do arquiteto deve prestar reverência à herança e às memórias culturais. Assim, o projetista deverá ter em mente que seu projeto precisa agregar valor ao lugar ou mesmo recuperar algumas características que tenham sido perdidas.

3.7 Consulta à base teórica: instrumentos projetuais para atuar sobre a forma construída

Quando se trata de projetos arquitetônicos que têm como suporte físico os sítios históricos, várias são as possibilidades metodológicas de intervenção, e muitas são as correntes teóricas que podem vir a ser adotadas. Na maior parte dos casos de intervenção arquitetônica em sítios históricos, a legislação recomenda o respeito à tipologia arquitetônica, aos valores patrimoniais, às técnicas e aos materiais de construção tradicionais e de revestimento, o que indica uma aproximação com a integração formal contextual.

O autor Francisco de Gracia (1992) salienta a importância de respeitar o princípio do caráter *unicum* e do processo de formação do lugar. Ele sistematizou distintas correntes teóricas e metodologias que vêm sendo adotadas por arquitetos com vista ao estudo e à classificação de projetos de intervenção. Dessa sistematização, foram selecionados três princípios que possuem proximidades teórico-metodológicas com a legislação de salvaguarda brasileira, as quais fornecem orientações projetuais para intervenções que visem ao estabelecimento de parentesco tipológico e/ou à integração contextual:

- Busca da correspondência métrica, geométrica, das leis de proporção e de harmonia existentes no processo de formação da cidade, de modo a identificar a escola arquitetônica e formal à qual o edifício está filiado;
- Reintegração de recursos figurativos ou estilísticos para favorecer a continuidade da imagem, sem que isso signifique a adoção do pastiche. Nesse caso, muitas vezes, trata-se da adoção de soluções técnicas e construtivas que remetam às características tipológicas e/ou estilísticas do

conjunto existente, que sejam facilmente reconhecidas como contemporâneas, embora possuam elementos que fazem referência à tipologia do lugar;

- Investigação e validação das eleições formais por meio da identificação de parentesco tipológico ou das leis formadoras da cidade. Pode também remeter ao parentesco de formas e volumes, desestimulando propostas de intervenção arquitetônica que se fundamentem em princípios de contraste e ruptura. O esforço deve ser voltado para a busca de uma totalidade integradora e para o entendimento dos elementos que constituem e conferem a continuidade da forma da cidade. Em termos topológicos, a contribuição formal deve estar inscrita na justaposição, na inclusão e na intersecção formal, jamais sendo adotado o contraste ou a exclusão.

Todos esses princípios e/ou etapas metodológicos são necessários para a concepção e o desenvolvimento de um projeto de intervenção arquitetônica em sítios históricos. É importante que o projeto se apresente o mais esclarecido e justificado possível. A expressão gráfica do projeto é um dos elementos que fundamentam a análise da intervenção, mas ela só não é suficiente, sendo imprescindível também toda a documentação complementar, como pesquisas e estudos tipológicos e contextuais, que têm como finalidade facilitar o entendimento da proposta arquitetônica e minimizar o caráter de subjetividade que muitas vezes é recorrente durante a análise técnica.

A última fase, a **Fase 3**, consiste no **desenvolvimento do projeto** propriamente dito, que deve acumular todas as informações prévias coletadas, inclusive levando em conta a própria experiência e capacidade criativa do projetista, que também deve estar em sintonia com as especificidades desse campo da Arquitetura. Esse projeto arquitetônico deve constar de Planta de Situação, Locação e Coberta, Plantas-Baixas, Cortes, Fachadas, Detalhes Construtivos e Especificações Gerais. Além do material gráfico, deve acompanhar o projeto o Memorial Justificativo, que explique com detalhes o partido adotado, os elementos que se pretendeu preservar e a defesa do que se resolver por retirar, são informações necessárias aos técnicos que vão analisar o projeto.

É importante ressaltar que o emprego dessa metodologia não deve ser algo rígido, podendo vir a ser ajustado a partir de realidades distintas ou aperfeiçoamentos futuros. Os diversos sítios históricos acumulam especificidades que lhes são próprias e, portanto, a metodologia deve estar o mais aproximada possível do contexto, inclusive, da legislação de proteção local em todas as esferas pertinentes.

Esse procedimento mínimo que fundamenta o projeto de intervenção tanto permite ao projetista dispor das informações necessárias para orientar o projeto arquitetônico, garantindo a melhor

proteção do edifício, como, ao mesmo tempo, subsidia a análise do técnico para que o mesmo conceda uma avaliação mais baseada em critérios técnicos e científicos, saindo do subjetivismo. Não apenas a construção e o seguimento de uma metodologia de elaboração de projetos de intervenção em sítios históricos são eficazes para os profissionais que atuam nessa área, como promovem a preservação das características essenciais desse legado cultural ao longo do tempo.

Essa metodologia está sendo divulgada e testada por meio do Manual “Conservar: Olinda Boas Práticas no Casario”, que vem sendo distribuído gratuitamente aos moradores do sítio histórico de Olinda e aos profissionais de instituições de proteção cultural, assim como aos acervos de instituições de ensino, desde fins de 2010. Depoimentos positivos já foram conferidos a partir desse trabalho, que levou ao esclarecimento de questões pouco abordadas e à própria orientação de elaboração dos projetos.

O grande desafio de intervir em um imóvel histórico é encontrar o limite justo entre a manutenção do espírito do lugar, das características físicas, históricas e artísticas e a adequação às novas demandas que são colocadas pela sociedade do século XXI.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABAD, Gisela (org.). *Linda Olinda*. Recife: Caleidoscópio. 2011.
- BARRETO, Juliana, MILET, Vera. *Gestão da Conservação do Sítio Histórico de Olinda: caracterização da atividade de análise e aprovação de projetos de intervenção arquitetônica no casario*. Textos para Discussão. Recife: CECI, 2011. Volume 50. Série 1.
- CURY, Isabelle (org.). *Cartas Patrimoniais*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004, 3º ed.
- DE GRACIA, F. *Construir en lo Construido, la arquitectura como modificación*, Madrid, editorial NEREA, 1992.
- Escritório Técnico I- Olinda/IPHAN. *Rerratificação da Notificação Federal nº 1155/79, de 1985*.
- FEILDEN, Bernard, JOKILEHTO, Jukka. *Manual para el manejo de los Sitios Culturales del Patrimonio Mundial*. Instituto Colombiano de Cultura: 1995.
- IPHAN. *Inventário Nacional de Bens Imóveis – Sítios Urbanos - Olinda*, 2002.
- OLIVEIRA, Beatriz Santos. *A Construção de um Método para a Arquitetura: procedimentos e princípios em Vitruvius, Alberti e Durand*. São Paulo: FAUSP. 2002.
- VELOSO, Maisa; MARQUES, Sônia. *A pesquisa como elo entre prática e teoria de projeto: alguns caminhos possíveis*. Disponível em: <www.vitruvius.com.br 2007>.

¹ As reflexões apresentadas nesse trabalho são fruto do Projeto “Conservar: Olinda Boas Práticas no Casario”, desenvolvido pelo Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada (CECI), em 2010/2011, financiada pelo Fundo de Defesa de Direitos Difusos do Ministério da Justiça.